

APC PAZ

Despropósito do “não”

O “não” do PT ao texto global da nova Constituição estampa para a opinião pública o infantilismo político que ainda persiste na legenda. O Partido dos Trabalhadores disputou as eleições que definiram a composição do Congresso constituinte e participou ativamente da elaboração da Carta — formulando propostas e realizando acordos. É certo que sofreu derrotas e que muitas das suas teses não prevaleceram, mas o fato é que contribuiu de forma decisiva para a aprovação de diversos pontos, consensuais ou frutos de intensa disputa em plenário.

A decisão adotada pelo PT é, por certo, legítima do ponto de vista formal —afinal, é da democracia que cada partido decida, dentro das normas consensualmente aceitas pela sociedade, como se comportar. Entretanto, nem mesmo o principal líder da legenda, Luis Inacio Lula da Silva, consegue justificá-la com um mínimo de lógica e racionalidade.

Em artigo publicado ontem pela **Folha**, Lula procurou conferir ao gesto de rejeição um certo ar de grandeza, mas não conseguiu disfarçar a incapacidade política de o PT fazer repercutir no plano institucio-

nal, no Parlamento, as suas propostas de reforma. Lula reconhece que o texto incorpora avanços sociais importantes, afirmando, no entanto, que não acredita na sua eficácia; reclama, finalmente, do grande número de “reivindicações populares” que a Carta não contempla.

O processo constituinte recém-encerrado pode ser alvo das mais variadas críticas. Dos seus vícios de origem ao resultado final dos trabalhos, há toda uma série de pontos que mereceriam reparo. Mas justamente o seu aspecto mais **in**adável que o PT prefere rejeitar: o pluralismo e a disputa política democrática, em que a maioria vence e a minoria perde. As regras do jogo foram estabelecidas e o PT as aceitou, para depois, apenas no último ato, recusá-las.

A nova Constituição reproduz, dentro das circunstâncias em que foi elaborada, as expectativas e as contradições da sociedade brasileira. Deputados e senadores eleitos elaboraram um novo estatuto jurídico para o país, depois de duas décadas de autoritarismo. Com efeito, seria muita presunção do PT —cuja força eleitoral é limitada— esperar que o texto da Carta refletisse exclusivamente o seu projeto político.

FOLHA DE SAO PAULO